



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA
GABINETE DEPUTADO DELEGADO WALLBER VIRGOLINO

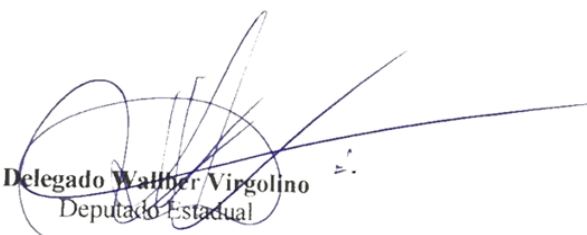
REQUERIMENTO Nº 26.510/2025

AUTOR: DEPUTADO DELEGADO WALLBER VIRGOLINO

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 112 c/c o artigo 117 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, depois de cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado **expediente ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB)**, solicitando **auditoria e fiscalização detalhada nas obras da ponte que interliga os bairros de Mangabeira e Valentina, no município de João Pessoa**, a fim de apurar **possíveis irregularidades na execução contratual, no emprego dos recursos públicos e no cumprimento dos prazos previstos**.

Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, 12 de novembro de 2025.


Delegado Wallber Virgolino
Deputado Estadual



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA
GABINETE DEPUTADO DELEGADO WALLBER VIRGOLINO

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem como finalidade garantir transparência, eficiência e lisura na aplicação dos recursos públicos destinados à construção da ponte entre os bairros de Mangabeira e Valentina, importante obra de mobilidade urbana que, infelizmente, tem sido motivo de grande preocupação para os moradores da região.

Segundo diversas denúncias e relatos recebidos por este gabinete, a obra segue em ritmo extremamente lento, sem que haja qualquer previsão oficial para sua conclusão. A situação tem causado sérios transtornos à população, pois o local permanece em condições precárias, dificultando a transição tanto de veículos quanto de pedestres, especialmente nos horários de pico e em dias de chuva, quando o acesso torna-se ainda mais perigoso.

A Prefeitura de João Pessoa não tem divulgado cronograma atualizado nem data estimada para a finalização dos trabalhos, o que evidencia falta de transparência e de planejamento adequado para uma intervenção de tamanha relevância. A ausência de informações claras sobre o andamento físico e financeiro da obra gera insegurança e desconfiança, especialmente considerando o volume de recursos públicos envolvidos.

Cabe destacar que o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, nos termos do artigo 71 da Constituição Federal, tem competência para fiscalizar a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de gestão, bem como apurar possíveis irregularidades contratuais, atrasos injustificados, aditivos excessivos e indícios de má aplicação de recursos públicos.

Dessa forma, requer-se que o TCE-PB proceda à auditoria completa da obra, verificando o processo licitatório, a execução contratual, os prazos estabelecidos, os pagamentos já efetuados e o estágio físico dos serviços, de modo a identificar eventuais falhas de gestão e assegurar a devida prestação de contas à sociedade.

A ponte entre Mangabeira e Valentina representa uma obra estratégica para o desenvolvimento urbano de João Pessoa. No entanto, o atual estado de abandono e a

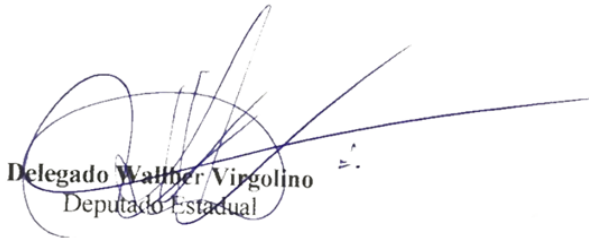


ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA
GABINETE DEPUTADO DELEGADO WALLBER VIRGOLINO

morosidade injustificada na execução configuram grave desrespeito aos princípios da eficiência, moralidade e publicidade previstos no artigo 37 da Constituição Federal.

Diante do exposto, solicita-se a imediata atuação do Tribunal de Contas do Estado, a fim de promover a devida fiscalização e garantir que os recursos públicos sejam aplicados de forma correta, transparente e em benefício da população paraibana.

Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, 12 de novembro de 2025.



Delegado Wallber Virgolino
Deputado Estadual